

PLANO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – O DIREITO PÚBLICO: NOÇÃO

PARTE I

TEORIA DO ESTADO

CAPÍTULO II – ORIGEM E FUNDAMENTOS DO ESTADO

1. Origem e evolução do Estado
2. Concepções sobre o Estado

CAPÍTULO III – OS ELEMENTOS DO ESTADO

1. O povo
2. O território
3. O poder soberano

CAPÍTULO IV – AS FUNÇÕES DO ESTADO

1. As funções do Estado
2. O princípio da separação de poderes

PARTE II

A RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

CAPÍTULO V – O ESTADO E O DIREITO

1. A subordinação do Estado ao Direito
2. A personalidade jurídica do Estado

CAPÍTULO VI – A RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA

1. Introdução
2. Especificidades das relações de Direito Público
3. Conceito de relação jurídico-pública
4. Classificação das relações de Direito Público

CAPÍTULO VII – OS ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS

1. Conceito
2. Principais atos normativos
3. A hierarquia dos atos normativos
4. Principais atos não normativos
5. O procedimento de formação dos atos jurídico-públicos
6. A omissão de atos jurídico-públicos

CAPÍTULO VIII – AS POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PÚBLICAS

1. Posições jurídicas subjetivas ativas
2. Posições jurídicas subjetivas passivas
3. O estatuto jurídico

PARTE III

TEORIA DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO IX – AS FORMAS DO ESTADO

1. Introdução
2. O Estado unitário
3. O Estado federal
4. A forma do Estado português

CAPÍTULO X – ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA, INTERNACIONAL E DA UNIÃO EUROPEIA

1. Organização pública portuguesa
2. Organização internacional
3. Organização da União Europeia

CAPÍTULO XI – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. As pessoas coletivas, os órgãos e os serviços administrativos
2. A Administração Pública portuguesa: a administração estadual direta e indireta e a administração autónoma
3. As relações de hierarquia, superintendência e tutela
4. Os meios de garantia administrativos

ÍNDICE

PRINCIPAIS ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O DIREITO PÚBLICO: NOÇÃO	13
PARTE I – TEORIA DO ESTADO	19
CAPÍTULO II – ORIGEM E FUNDAMENTOS DO ESTADO	21
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ESTADO	21
1.1. O poder político antes do Estado	22
1.2. O surgimento do Estado (moderno)	24
1.3. A evolução do Estado	25
1.4. O Estado desafiado pela descentralização regional e pela centralização internacional do poder	28
2. CONCEÇÕES SOBRE O ESTADO	30
2.1. Legitimidade e legitimação do poder político	31
2.2. Os fins do poder político	34
2.3. Conclusão	35
CAPÍTULO III – OS ELEMENTOS DO ESTADO	37
1. O POVO	38
1.1. Conceito	38

1.2. Distinção de figuras afins (população, nação e pátria)	39
1.3. Princípios das nacionalidades e da autodeterminação dos povos	40
1.4. A proteção das minorias	41
1.5. Aquisição e perda da cidadania portuguesa	43
1.5.1. Aquisição da nacionalidade	43
1.5.1.1. Aquisição originária	44
a) Por mero efeito da lei	44
b) Por efeito da lei e da vontade	44
1.5.1.2. Aquisição derivada	46
a) Por efeito da vontade	46
b) Pela adoção	47
c) Por naturalização	47
1.5.2. Perda da nacionalidade	49
1.6. O estatuto jurídico das pessoas em razão da cidadania	50
1.7. A cidadania europeia	52
2. O TERRITÓRIO	53
2.1. Introdução e conceito	53
2.2. Aquisição do território e delimitação das fronteiras	55
2.2.1. Modos de aquisição do território	55
2.2.1.1. Aquisição originária	56
2.2.1.2. Aquisição derivada	58
2.2.2. Títulos de delimitação fronteiriça	59
2.2.3. A proibição constitucional da alienação do território e a retificação de fronteiras	60
2.3. Os elementos componentes do território	60
2.3.1. Domínio terrestre	61
2.3.2. Domínio marítimo	62
2.3.3. Domínio aéreo	65
2.4. O território e o Direito: os princípios da territorialidade e da impermeabilidade	66
2.5. Outros aspetos da relação entre Direito e território	66
2.6. A cidadania e o acesso ao território do Estado	68
3. O PODER SOBERANO	71
3.1. A soberania como poder político	72
3.2. A soberania como categoria especial do poder político	73
3.3. A soberania e o Direito	74
3.4. Limites ao poder político soberano	76
3.5. Desafios contemporâneos à soberania dos Estados	80

CAPÍTULO IV – AS FUNÇÕES DO ESTADO	85
1. AS FUNÇÕES DO ESTADO	86
1.1. A função política (legislativa e governamental)	87
1.2. A função administrativa e a função jurisdicional	88
1.3. Alguns casos de diluição de fronteiras	91
2. O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES	93
PARTE II – A RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	99
CAPÍTULO V – O ESTADO E O DIREITO	101
1. A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AO DIREITO	101
1.1. As origens do Estado de Direito	101
1.2. O Estado de Direito Liberal	102
1.3. O Estado de Direito Social	104
1.4. A mais recente evolução do Estado de Direito	106
2. A PERSONALIDADE JURÍDICA DO ESTADO	108
2.1. Algumas doutrinas acerca da personalidade jurídica	108
2.2. Consequências do reconhecimento de personalidade jurídica ao Estado	109
2.3. Carácter unitário ou plural do Estado como sujeito de Direito	110
CAPÍTULO VI – A RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA	113
1. INTRODUÇÃO	113
2. ESPECIFICIDADES DAS RELAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO	114
3. CONCEITO DE RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA	116
4. CLASSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO	118
4.1. Relação jurídica bilateral/relação jurídica multilateral ou multipolar	118
4.2. Relações de Direito Constitucional/de Direito Internacional/de Direito da União Europeia/de Direito Administrativo	119
CAPÍTULO VII – OS ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS	121
1. CONCEITO	122
2. PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS	123
a) Constituição	123

b) Atos legislativos nacionais	123
c) Atos legislativos da União Europeia	124
d) Convenções internacionais	125
e) Regulamentos administrativos	125
3. A HIERARQUIA DOS ATOS NORMATIVOS	127
4. PRINCIPAIS ATOS NÃO NORMATIVOS	132
a) Atos políticos	132
b) Atos jurisdicionais	132
c) Atos jurídico-públicos concretos da Administração Pública	133
5. O PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DOS ATOS JURÍDICO- -PÚBLICOS	134
5.1. Conceito de procedimento	134
5.2. Razões justificativas da imposição do procedimento	135
5.3. Consequências do incumprimento do procedimento	135
6. A OMISSÃO DE ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS	137
CAPÍTULO VIII – AS POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PÚBLICAS	139
1. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS ATIVAS	140
1.1. Direitos subjetivos públicos: classificação	140
1.2. Poderes jurídico-públicos	142
2. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PASSIVAS	143
2.1. Deveres	143
2.2. Estados de sujeição	144
3. O ESTATUTO JURÍDICO	145
PARTE III – TEORIA DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA	149
CAPÍTULO IX – AS FORMAS DO ESTADO	151
1. INTRODUÇÃO	151
2. O ESTADO UNITÁRIO	153
2.1. Introdução e classificações	153
2.2. A forma unitária do Estado português	155

3. O ESTADO FEDERAL	156
3.1. Introdução: os Estados compostos	156
3.2. O surgimento dos Estados federais: as confederações	156
3.3. Características do Estado federal	158
3.4. Diferenças entre o Estado federal e o Estado regional	159
3.5. Coordenação entre o Estado federal e os Estados federados	159
4. A FORMA DO ESTADO PORTUGUÊS	161
 CAPÍTULO X – ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA, INTERNACIONAL E DA UNIÃO EUROPEIA	 163
1. ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA	163
2. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL	169
2.1. Apresentação	169
2.2. Implicações da organização internacional na organização interna	170
3. ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	172
3.1. Apresentação	172
3.2. Implicações da organização da UE na organização interna	174
 CAPÍTULO XI – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 177
1. AS PESSOAS COLETIVAS, OS ÓRGÃOS E OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	177
1.1. As pessoas coletivas públicas, os órgãos administrativos e os serviços administrativos – breves noções	177
1.2. Os órgãos administrativos: classificação	179
1.3. O funcionamento dos órgãos colegiais	180
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA: A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRETA E INDIRETA E A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA	184
2.1. Administração estadual	185
a) Administração estadual direta	185
b) Administração indireta do Estado	186
c) Administração independente do Estado	187
2.2. Administração Autónoma	188

3. AS RELAÇÕES DE HIERARQUIA, SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA	191
3.1. A hierarquia administrativa	191
3.2. A superintendência e a tutela administrativa	194
4. OS MEIOS DE GARANTIA ADMINISTRATIVOS	197
4.1. Os meios de garantia administrativos	197
4.2. A reclamação e os recursos	198